

**EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018**  
**Processo Administrativo nº 359/2018**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CASEIROS - RS**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, **que às 09h30min do dia 05 de setembro de 2018**, na sala de Reuniões, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Mário Cirino Rodrigues, 249, bairro centro, se reunirá a Comissão Permanente de Licitações com a finalidade de receber propostas para a contratação de empresa para ativação das câmeras de videomonitoramento. A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO DO LOTE**. Poderão participar as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas no Município de Caseiros/RS, ou que apresentarem toda a documentação necessária para o cadastro até o terceiro dia anterior ao fixado para o recebimento das propostas.

**1. OBJETO:**

**1.1** – O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada em realizar serviço de ativação de pontos de videomonitoramento do município de Caseiros – RS, ainda, a empresa deverá realizar os seguintes serviços: 1º fornecimento e instalação de infraestrutura para adequação dos pontos de videomonitoramento as normas exigidas pela CPFL, (GED 13), ativação do ponto de monitoramento; 2º fornecimento e instalação de um ponto para transmissão das imagens na nova sede da prefeitura municipal (não previsto no projeto original), incluindo fornecimento, passagem e instalação de fibra óptica, braçadeiras, suportes, parafusos, cordões, terminações e fusões, par de conversores de mídia 10/100, compreendendo os objetos relacionados na planilha abaixo:

**Lote único:**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor unitário de referência R\$</b>
<b>001</b>	Conjunto de fibra óptica sustentável 12vias com ferragens inclusas	650 metros	12,20
<b>002</b>	Kit braçadeiras, suportes, parafusos, cordões SC, CTO, terminações e fusões	1 kit	1.192,50
<b>003</b>	Par de conversores de mídia 10/100	1 unidade	1.150,00
<b>004</b>	Material para infraestrutura de readequação no ponto de monitoramento (elétrico e cabeamento estruturado)	4 unidades	521,66
<b>005</b>	Serviço de passagem e instalação da fibra óptica	650 metros	3,48
<b>006</b>	Serviço de instalação e ativação do ponto de monitoramento	4 unidades	1.150,00

**2 – DO PRAZO PARA A ENTREGA:**

**2.1** - Após a assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá concluir os serviços em até 60 dias.

**2.2** - Os produtos fornecidos pela licitante deverão ter garantia mínima de 12 meses após a aprovação da entrega e o devido funcionamento. A garantia será completa e irrestrita quanto a defeitos ou imperfeições decorrente da fabricação ou da instalação. Verificada a desconformidade da qualidade/marca dos itens licitados a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis após a comunicação, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

**2.3** - Durante o período da garantia caberá a licitante efetuar o conserto, ou a reposição, correndo por conta do licitante tanto as despesas de mão de obra, de deslocamento e de conserto.

**2.4** - Os serviços de conserto não poderão ultrapassar o prazo de 3 dias corridos, mas caso seja necessário prazo superior para o conserto, deverá o licitante disponibilizar outro equipamento para que não haja a interrupção dos serviços, sem qualquer custo para o Município.

**2.5** - Se o prazo ofertado pelo fabricante for superior a 12 meses, então após transcorrido o prazo de 12 meses aplica-se as condições da garantia na forma ofertada pelo fabricante.

**2.6** - Todas as licenças e despesas necessárias com relação a software e direitos autorais para o perfeito funcionamento do sistema de videomonitoramento correm por conta exclusiva do licitante vencedor.

**2.7**- A central de gerenciamento será instalada, com todos os equipamentos necessários ao funcionamento adequado do sistema de monitoramento de vídeo das vias públicas do município de Caseiros de acordo com o projeto, e para que se mantenha o devido respeito aos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, bem como assegurando os preceitos de segurança da informação, quais sejam: confidencialidade, integridade e disponibilidade.

### **3 - FORMA DE PAGAMENTO:**

**3.1** - O pagamento será efetuado em até 30 dias, após a entrega e emissão da nota fiscal.

**3.2** - A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do edital **Tomada de Preço nº 008/2018**, bem como do respectivo **Contrato Administrativo xxx/2018**, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos itens e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

### **4. DO CADASTRO:**

**4.1** - Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar, **até o dia 31 de agosto de 2018, até às 17h30min, os seguintes documentos:**

#### **4.1.2- HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**a)** Registro na Junta Comercial, em caso de empresa individual;

**b)** Ato constitutivo em vigor, ata da Assembléia Geral Extraordinária referente ao atual Capital Social, registrado e atualizado em Assembléia Gera Ordinária referente a atual administração, para sociedades por ações;

**c)** Estatuto Social, Contrato Social ou Consolidação do Contrato Social e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na Junta Comercial, para a sociedade por cotas de responsabilidade limitada ou ilimitada;

**d)** Prova de inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**e)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento do País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;

**f)** Em se tratando de micro empresa ou empresa de pequeno porte, estas deverão apresentar declaração assinada pelo contador da empresa que comprove sua condição, a não apresentação deste documento se entenderá como que a empresa não seja micro empresa ou empresa de pequeno porte, para efeitos de habilitação e julgamento de proposta.

#### **4.1.3 - REGULARIDADE FISCAL**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão de Regularidade Fiscal do Estado da sede/matriz;
- c) Certidão de Regularidade Fiscal do Município de domicílio ou Sede do Licitante;
- d) Certidão de Regularidade Fiscal de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- e) Certidão de Regularidade Fiscal de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
- f) Certidão de Regularidade de Situação relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- h) Alvará de localização e funcionamento da empresa.

#### **4.1.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do n.º do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa. **O documento deve ser apresentado devidamente reconhecido em cartório.**

b) Caso a empresa for constituída a menos de um ano o licitante deverá apresentar o Balanço de Abertura.

c) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 dias da data designada para a apresentação do documento;

**4.1.5** A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

**4.1.6** As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.

**4.1.7** A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 4.1.6, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

**4.1.8** - O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

**4.1.9** - O prazo de que trata o item 4.1.8 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**4.1.10** - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 4.1.8, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**4.1.11** - A documentação necessária para cadastro não poderá ser substituída por Registro Cadastral emitido por qualquer outro órgão ou entidade pública.

**4.1.12** – Os documentos exigidos emitidos pelo órgão responsável através da Internet, terão sua autenticidade conferida na Internet antes da emissão do cadastro de fornecedor. Os demais documentos, se não forem apresentados em originais, deverão ser autenticados em cartório, ou por servidor da Comissão de Cadastro.

**4.1.13** – Somente será emitido o CRC, cujos documentos estejam dentro do prazo de validade.

**4.1.14** – No caso de vencimento de algum dos documentos do Certificado de Registro Cadastral, este(s) poderá (ão) ser anexado(s) ao registro, antes do horário da abertura, conforme preâmbulo deste Edital, desde que seja original, autenticado em cartório ou conferido por servidor do Município, não sendo necessário a expedição de novo certificado cadastral, desde que este não esteja vencido.

**4.1.15** – O CRC estará disponível com a Secretaria de Administração na Prefeitura de Caseiros, até 02 (dois) dias úteis, contados do dia do protocolo dos documentos, desde que os mesmos sejam apresentados de acordo com as solicitações deste Edital. O CRC não será enviado por fax.

**4.1.16** – Na emissão de CRC para microempresas ou empresas de pequeno porte será observada a Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Art. 43, desde que as mesmas estejam devidamente identificadas por declaração, conforme item 4.1.6.

#### **4.1.17 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**a)** A empresa licitante deverá apresentar atestado técnico e certidão de acervo técnico (CAT) em nome do seu responsável técnico de nível superior legalmente habilitado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia do Estado do Rio Grande do Sul ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, cujo profissional deverá pertencer ao quadro técnico da empresa licitante, na modalidade de vínculo profissional através de contrato de prestação de serviço autônomo ou em regime de CLT. A data de vínculo entre o profissional não poderá ser posterior a data de publicação deste edital.

**a.1)** O atestado técnico deve vir acompanhado da referida CAT e ser compatível com objeto licitado ou superior.

**a.2)** O técnico indicado para atendimento deste item se constituirá no responsável técnico pela execução do serviço, e no caso de substituição, caberá a licitante indicar profissional com similar experiência e conhecimento técnico, sob pena de restar caracterizar hipótese de inabilitação superveniente, com as sanções contratuais para a hipótese de rescisão.

**b)** A empresa licitante também deverá apresentar em seu quadro técnico um profissional de nível médio em técnico de Redes de Comunicação devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia do Estado do Rio Grande do Sul, o qual deverá pertencer ao quadro técnico da empresa licitante, na modalidade de vínculo profissional através de contrato de prestação de serviço autônomo ou em regime de CLT. A data de vínculo entre o profissional não poderá ser posterior a data de publicação deste edital.

**c)** A licitante deverá apresentar certificados de que a empresa atende as normas da NR-10 (SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS COM ELETRICIDADE) e da NR-35 (TRABALHO EM ALTURA) vigentes dos profissionais a ela vinculados, acompanhado de declaração de que todos os funcionários que trabalharão na execução dos serviços são devidamente treinados para o cumprimento dessas normas, bem como que haverá acompanhamento dos serviços por pessoa responsável pela segurança do trabalho, com o fornecimento dos EPIs necessários.

**d)** A empresa licitante deverá apresentar em papel timbrado um documento que comprove que possui suporte técnico / administrativo, aparelhamento, instalações e condições adequadas, bem como pessoal devidamente qualificado e treinado, disponíveis para execução dos serviços objeto desta licitação.

**e)** Atestado de Visita Técnica emitido pelo Município de Caseiros conforme modelo do ANEXO VII comprovando que a empresa, através de seu Responsável Técnico com formação em Nível superior (Engenheiro, Engenheiro Eletricista/Elétrico, Eletrônico ou de Comunicação/Arquiteto), teve amplo conhecimento do contexto técnico e operacional relacionado a este fornecimento e a prestação do serviço.

**e.1:** A realização da visita técnica deverá ser previamente agendada, com a equipe do Município de Caseiros, através do telefone 54-3353-1165 ou pessoalmente junto ao setor de engenharia, para que ocorra em até 04 dias de antecedência da abertura do certame, e durante o horário de expediente da Prefeitura Municipal. Após a visita será emitida declaração firmada pelo setor de engenharia.

## **5. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS**

**5.1** - Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados, e identificados, respectivamente como de n.º 1 e n.º 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE CASEIROS  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 010/2018  
ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTAÇÃO  
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

-----  
**AO MUNICÍPIO DE CASEIROS  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 010/2018  
ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA  
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

**5.2** - Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope n.º 01:

- a)** Certificado de Registro Cadastral atualizado fornecido pelo Município;
- b)** se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração ou carta de credenciamento, outorgando com poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação, conforme Anexo I;
- c)** Comprovação de que a Empresa não foi declarada inidônea para contratar com o serviço público, nos termos do Anexo II;
- d)** Declaração que a Licitante não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 anos, ressalvando o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz (Anexo III); conforme Decreto N° 4.358 de 05 de setembro de 2002;
- e)** Declaração de recusa ao direito de interpor recurso na fase de habilitação, Anexo IV.

**5.3** - O envelope n.º 02 deverá conter:

**a)** A proposta impressa conforme anexo VI do presente edital e/ou a proposta impressa que é gerada pelo sistema da Citta Informatica.

**b)** **A cotação dos itens não poderá ter valor superior ao Preço de Referência do item e, além da cópia impressa da proposta, ser apresentado preferencialmente em meio magnético (CD ou Pen Drive).** O arquivo para digitação das propostas será disponibilizado no site do município [www.caseiros.rs.gov.br](http://www.caseiros.rs.gov.br) na seção de Editais e Licitações. As empresas deverão acessar o site da empresa <http://www.cittainformatica.com.br/downloads/> e baixar o Sistema de Digitação de Propostas versão 2.0.

**Observação:** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

## **6. DO JULGAMENTO**

**6.1** Esta licitação é do tipo *menor preço* e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração **o menor preço do lote**.

**6.2** Para efeitos de classificação, sobre o preço proposto por cooperativa de trabalho, serão acrescidos 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor bruto, correspondente ao encargo previdenciário a ser suportado pelo Município, deduzidos daquele os valores, expressos na planilha de quantitativos e custos unitários, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos da licitante a serem utilizados nos serviços;

**6.2.1.** Os valores da dedução acima indicada, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos da licitante a serem utilizados nos serviços, deverão fazer parte do contrato e comprovadas, no momento da liquidação da fatura, por documento fiscal.

**6.3** Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 da Lei n.º 8.666/93.

**6.4** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

## **7. CRITÉRIO DE DESEMPATE**

**7.1** - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 4.1.6, deste edital.

**7.1.2** - Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

**7.1.3** - A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

**7.2.** Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de dois dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

**b)** Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 4.1.6 deste edital, a apresentação de nova proposta, na forma prevista na alínea *a* deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

**7.3** - Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 7.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

**7.4** - O disposto nos itens 7.1 à 7.3, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 4.1.6, deste edital).

**7.5** - As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

## **8. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE**

**8.1** - Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como com preços unitários e/ou global superestimados ou inexeqüíveis.

## **9. DOS RECURSOS**

**9.1** – Os licitantes poderão interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação da decisão ou ato da Comissão de Licitação ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) Habilitação ou inabilitação do licitante;

b) Julgamento das propostas;

c) Anulação ou revogação da licitação.

**9.2** – Os recursos previstos nas alíneas “a” e “b” terão efeitos suspensivos, a autoridade competente poderá motivadamente e presentes as razões de interesse público, atribuir, aos recursos impostos nos demais casos, eficácia suspensiva, os recursos acima referidos deverão ser dirigidos a Comissão de Licitação, protocolados na Secretaria da Administração, não sendo aceito a distribuição em nenhum outro órgão municipal. Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis. O recurso será dirigido à autoridade superior por intermédio da Secretaria encarregada, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir devidamente informado, neste caso a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso pela autoridade superior.

**9.3** – O recurso deve observar os seguintes requisitos:

a) Ser datilografado e devidamente fundamentado;

b) Ser assinado por representante legal da recorrente ou por procurador devidamente habilitado;

c) Ser protocolado tempestivamente da Secretaria Municipal da Administração.

**9.4** – A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento por escrito aos interessados.

**9.5** – Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação, perante a promotora, aquele licitante que tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois do julgamento, possibilidade de falhas ou irregularidades que entenda o tenham viciado, hipótese em que tal manifestação não terá efeito de recurso.

**9.6** – Recurso intempestivo será considerado nulo.

## **10. DOS PRAZOS E DA GARANTIA**

**10.1** - Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de até dez dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

**10.2** - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso dos respectivos prazos.

**10.3** - Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo indexador previsto neste edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos.

## **11. DAS PENALIDADES**

**11.1** - multa de R\$750,00 (setecentos e cinquenta reais) por dia de atraso, limitado esta há 15 dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

**11.2** - multa de R\$15.000,00 (quinze mil reais) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

**11.3** - multa de R\$25.000,00 (vinte cinco mil reais) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos).

## **12. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE**

**12.1** - Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

## **13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

03 – Secretaria Municipal da Administração;

2008 – Segurança Pública;

339030000000 – Material de Consumo;

339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

## **14 – DO CONVÊNIO**

**14.1** – A presente licitação é decorrente de recursos do próprio do município.

## **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1** Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital.

**15.2** Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

**15.3** Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

**15.4** Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

**Observação:** Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei n.º 8.666-93).

**15.5** Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.



**15.6** Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 55, e a possibilidade de rescisão do contrato, na forma determinada nos artigos 77 a 79, da Lei n.º 8.666/93.

**15.7** Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital: I- Carta Credencial; II – Declaração de Idoneidade; III – Declaração que não emprega menores de idade; IV – Recusa ao Direito de Interpor Recurso na fase de Habilitação; V - Minuta do Contrato. Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Caseiros, na Secretaria da Administração, localizada na Av. Mário Cirino Rodrigues, nº 249, bairro centro, Caseiros/RS, ou pelo telefone: (54) 3353-1156.

Caseiros – RS, 20 de agosto de 2018.

**Leo Cesar Tessaro,  
Prefeito Municipal.**

**Registre-se e publique-se:**

Este procedimento licitatório foi juridicamente analisado e formalmente aprovado, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

**ANEXO I  
CARTA CREDENCIAL**

Ao Município de Caseiros  
A/C Comissão Permanente de Licitação,

O abaixo-assinado, na qualidade de responsável legal da Empresa ..... , vem pela presente, informar que o Sr....., inscrito no RG sob o nº ....., é a pessoa designada para acompanhar os trabalhos de abertura dos envelopes “1” e “2”, da referida licitação, podendo para tal, assumir todas as responsabilidades advindas desse evento, tais como rubricar propostas e documentos, apresentar reclamações, impugnações, recursos e assinar atas, inclusive renunciar ao direito de recurso ou reivindicá-lo.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação, que a empresa \_\_\_\_\_ não foi inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do Art. 87 da Lei 8.666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômica - financeira).

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE EMPREGO DE MENORES DE IDADE**

A \_\_\_\_\_ empresa  
\_\_\_\_\_, inscrita  
no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermediário de seu representante legal  
o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador da  
carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara para  
o fim do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido  
pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo os  
maiores de 14 anos na condição de aprendiz.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE RECUSA AO DIREITO DE INTERPOR RECURSO**  
**NA FASE DE HABILITAÇÃO**

A empresa ....., por seu representante legal, abaixo assinado, ciente das prerrogativas referentes ao direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e suas alterações, DECLARA NÃO TER INTERESSE DE FAZER USO DO REFERIDO DIREITO, desta forma, renunciando e autorizando a Comissão Permanente de Licitações a prosseguir a segunda fase deste processo licitatório, com a abertura dos respectivos envelopes.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**ANEXO V**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° ...../2018**  
**Processo Administrativo n° 359/2018**

O presente contrato segue as determinações da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e as condições constantes no Edital Tomada de Preços n° 008/2018, do qual é instrumento vinculado em suas regras e condições e tem como partes:

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CASEIROS**, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 90.483.08/0001-26, sito na Av. Mário Cirino Rodrigues, 249, bairro centro, isento de inscrição Estadual, representado por seu Prefeito Municipal Senhor Leo Cesar Tessaro, inscrito no CPF sob n° 589.817.990-91 e RG n° 7048627983 SJS/DI RS.

**CONTRATADA:** .....

As partes contratantes, de comum acordo estabelecem entre si este contrato, sujeitando-se às normas da Lei Federal n° 8.666/93, com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA 1 – OBJETO**

**1.1** – O objeto desta licitação é a contratação de empresa para ativação das câmeras de videomonitoramento do Município de Caseiros/RS, compreendendo os objetos relacionados na planilha abaixo....

**CLÁUSULA 2 – PREÇO E REAJUSTES**

**2.1** – Pelo objeto descrito nos itens acima será efetuado o pagamento de R\$ .....

**2.2** – O reajuste somente poderá ser efetuado nos termos da Lei 8.666/93, diante da demonstração inequívoca da ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro.

**2.3** - Após a assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá concluir os serviços em até 60 dias.

**2.4** - A CONTRATADA deverá providenciar na Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de todos os serviços junto ao CREA/CAU, satisfazendo as respectivas taxas e enviando ao CONTRATANTE o comprovante desta providência, no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

**CLÁUSULA 3 – FORMA DE PAGAMENTO**

**3.1** - O pagamento será efetuado em até 30 dias, após a entrega e emissão da nota fiscal.

**3.2** - A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do edital **Tomada de Preço n° 010/2018**, bem como do respectivo **Contrato Administrativo xxx/2018**, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos itens e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**CLÁUSULA 4 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**4.1** – O contrato poderá ser prorrogado, a critério da Administração e com a anuência da contratada, nos termos da lei.

**CLÁUSULA 5 - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

03 – Secretaria Municipal da Administração;

2008 – Segurança Pública;

339030000000 – Material de Consumo;

339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

**CLÁUSULA 6 – DO CONVÊNIO**

**6.1** - A presente licitação é decorrente de recursos do próprio do município.

**CLÁUSULA 7 – DOS ENCARGOS CONTRATUAIS**

**7.1** - A **CONTRATADA** é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

**7.2** - A **CONTRATADA**, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por

dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

## **CLÁUSULA 8 – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES**

### **8.1. DOS DIREITOS:**

**8.1.1.** Do **CONTRATANTE**: receber os serviços contratados segundo forma e condições ajustadas;

**8.1.2.** Da **CONTRATADA**: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

### **8.2 – DAS OBRIGAÇÕES:**

#### **8.2.1 – DO CONTRATANTE:**

a) efetuar o pagamento do valor ajustado;

b) fiscalizar os serviços de forma regular durante a execução dos mesmos, comunicando a **CONTRATADA** qualquer irregularidade, para que possa saná-la;

#### **8.2.2 – DA CONTRATADA:**

a) entregar os serviços na forma ajustada;

b) atender os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contato, quando houver;

d) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

## **CLÁUSULA 9 – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

**9.1** – A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93.

## **CLÁUSULA 10 – DA RESCISÃO**

**10.1** - Este contrato poderá ser rescindido de acordo com art. 79, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**10.2** – A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

## **CLÁUSULA 11 – SANÇÕES E MULTAS**

**11.1** – Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á às seguintes penalidades, que poderão ser cumulativas, sem prejuízos das demais cominações aplicáveis, garantido o direito de ampla defesa:

**11.2** - Advertência por escrito: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido, e desde que ao caso não se aplique as demais penalidades.

**11.3** - Multa: no caso de negligência e/ou reincidência de irregularidades, já advertidas, nos serviços, será aplicada multa de 2.000,00 (dois mil reais).

**11.4** - multa de R\$750,00 (setecentos e cinquenta reais) por dia de atraso, limitado esta a 15 dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

**11.5** - multa de R\$15.000,00 (quinze mil reais) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

**11.6** - multa de R\$25.000,00 (vinte cinco mil reais) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos);

**11.7** - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

**11.8** - Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador de serviço em virtude de penalidade e/ou inadimplência no fornecimento.

**Observação:** As penalidades não serão executadas somente em caso de justificativa das negligências, apresentada no prazo de 1 (um) dia e devidamente aceitas pelo Município.

**11.9** - As penalidades previstas nesta Cláusula serão aplicadas sem prejuízos das comunicações estabelecidas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

## **CLÁUSULA 12 – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**12.1** – O presente contrato admite termos aditivos para eventuais alterações, respeitando a Lei 8.666/93 que rege as licitações e contratos.

## **CLÁUSULA 13 – RESCISÃO DO CONTRATO**

**13.1** – O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, nos casos previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no que couber.

b) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

**13.2** - A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, sem prejuízo às multas aplicadas.

**13.3** - Considera-se rescindido, automaticamente, o contrato nas hipóteses de declaração de idoneidade e suspensão do direito de contratar.

#### **CLÁUSULA 14 - VINCULAÇÃO AO EDITAL**

**14.** Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA 15 – DA PUBLICAÇÃO**

**15.** O presente contrato será publicado, por extrato, no saguão da Prefeitura, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA 16 – ESCLARECIMENTOS E CONSULTAS**

**16.1** – As consultas e esclarecimentos deverão ser feitas por escrito e registradas em protocolo geral, e sua resposta será obtida da mesma forma.

#### **CLÁUSULA 17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1** - Aplica-se, no que couber os art. 77, 78, 79, 80, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, para todos os efeitos legais.

**17.2** - Durante toda a execução do Contrato, a CONTRATADA se obriga a manter todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento.

#### **CLÁUSULA 18 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1** – Somente poderão assinar documentos, apresentar reclamações, acordar ou alterar, em quaisquer condições, os representantes signatários deste termo, por si ou através de instrumento de procuração na forma da Lei, que deverá ficar fazendo parte integrante do processo licitatório que gerou este contrato.

**18.2** – Será competente para dirimir controvérsias o Foro de Lagoa Vermelha, não podendo ser indicado outro, por mais privilegiado que possa ser.

Este contrato é firmado em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas instrumentais na forma da legislação em vigor, para que surta seus jurídicos e reais efeitos.

Caseiros - RS, ..... de ..... de 2018.

\_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO DE CASEIROS,**  
Leo Cesar Tessaro – Prefeito Municipal.

.....  
Contratada

Testemunhas: \_\_\_\_\_



**ANEXO VI  
MODELO DE PROPOSTA**

Ao  
Exmo. Sr. Leo Cesar Tessaro  
Prefeito Municipal de Caseiros

**Proponente:** \_\_\_\_\_

Apresentamos abaixo nossa proposta para a aquisição de materiais para construção de redes de abastecimento de água no interior do município, conforme Plano de trabalho, convênio FPE n°. 214/2014 e processo administrativo n°. 000717-2200/13.7 para a Secretaria Municipal da Agricultura de Caseiros/RS.

<b>Fornecedor</b>					
<b>Endereço</b>			<b>CEP</b>		
<b>CNPJ</b>		<b>Município</b>		<b>UF</b>	

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quant.</b>	<b>Marca</b>	<b>Valor unitário R\$</b>	<b>Valor total R\$</b>
<b>001</b>	Conjunto de fibra óptica sustentável 12vias com ferragens inclusas	650 metros			
<b>002</b>	Kit braçadeiras, suportes, parafusos, cordões SC, CTO, terminações e fusões	1 kit			
<b>003</b>	Par de conversores de midia 10/100	1 unidade			
<b>004</b>	Material para infraestrutura de readequação no ponto de monitoramento (elétrico e cabeamento estruturado)	4 unidades			
<b>005</b>	Serviço de passagem e instalação da fibra óptica	650 metros			
<b>006</b>	Serviço de instalação e ativação do ponto de monitoramento	4 unidades			

A validade da presente proposta é de 60 dias a contar da data prevista para abertura desta licitação.

Declara-se plenamente de acordo com os termos do edital e da ata de registro de preço desta licitação.

Declaro Pleno Conhecimento do Local em que será executado os serviços e das suas condições, tendo sido considerado para fins de elaboração da proposta acima, assim como de todas as obrigações constantes do edital e do contrato.

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Representante Legal,  
Assinatura (carimbo)

**ANEXO VII**  
**MODELO DE ATESTADO DE VISITA**  
**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

DECLARAMOS, para fins de participação no PROCESSO de LICITAÇÃO, Tomada de Preço Nº 010/2018, que o Sr....., RG.: ..... . CPF:....., Responsável Técnico com formação em Nível superior (Engenheiro/Eletricista/Elétrico, Eletrônico ou de Comunicação/Arquiteto), pela empresa....., inscrita no CNPJ sob o Nº....., localizada na Rua ....., na cidade de ....., Estado de RS, teve amplo conhecimento do contexto técnico e operacional relacionado ao objeto desta licitação.

Declaramos, ainda, que foi realizada a vistoria no Município de Caseiros, quando se esclareceu todas as dúvidas sobre o objeto desta licitação, de modo que não poderá alegar desconhecimento ou divergências das condições do edital de licitação, caso seja o vencedor do certame.

Caseiros, RS, de agosto de 2018.

---

Responsável Técnico

Empresa....., inscrito no CREA/CAU ....sob nº ...

---

Município de Caseiros

**Obs.: Para esta finalidade, a empresa deverá comprovar a visita individual, através de Declaração firmada pelo representante da Prefeitura Municipal, a qual deverá ocorrer até o quarto dia de antecedência da abertura do certame, sob pena de o mesmo não ser emitido e impedido de participar da Licitação.**

## ANEXO VIII

### 1. Locais dos Pontos de Monitoramento.

Índice	Nome	Endereço	Latitude	Longitude
1	CÂMERA 01	RS 126 / BR 285	28°16'22.88"S	51°40'47.81"O
2	CÂMERA 02	AV. FELISBINO CIRINO RODRIGUES / BR 285	28°16'16.33"S	51°41'30.17"O
3	CÂMERA 03	BR 285	28°16'26.19"S	51°41'12.37"O
4	CÂMERA 04	RUA JOSE CIRINO RODRIGUES / IRMAS ANGELICAS	28°16'8.86"S	51°41'19.59"O
5	BRIGADA MILITAR	RUA JOSE MARIA DE OLIVEIRA 224	28°16'34.02"S	51°41'33.49"O

### 2. Locais dos Pontos:



## **ANEXO IX**

### **Memorial Descritivo**

#### **DESCRIPTIVO MÍNIMO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

O presente Edital tem por objetivo fornecer as informações técnicas genéricas sobre um sistema de monitoramento de vídeo de vias públicas utilizando um sistema ótico de transmissão de CFTV (Circuito Fechado de Televisão), com cabos ópticos e câmeras de vídeo, estrategicamente posicionados em ruas e vias do município.

Melhorar a segurança pública pela vigilância preventiva e diminuição dos tempos de reação em caso de crimes contra a pessoa ou patrimônio nas áreas monitoradas; Prover o Município de Caseiros de um centro de Segurança Pública seja relativo a crimes quanto a catástrofes naturais ou decorrentes de outros fatores (Defesa Civil).

Nesta condição, o sistema de videomonitoramento que é um conjunto de ferramentas tecnológicas eficazes contra a criminalidade, proporcionando o acompanhamento de delitos e atos criminosos praticados nas localidades, bem como em caráter preventivo, ostensivo e investigativo.

Com a instalação da infraestrutura de captação e transmissão de imagens, com policiamento de proximidade espera-se inibir amplamente a prática de crimes.

A expectativa é atender os locais prioritários, de acordo com as pesquisas realizadas junto aos municípios beneficiados com o projeto, de forma a beneficiar as comunidades destas áreas.

Os reflexos positivos da atividade preventiva, diretamente aplicada nas áreas problemas se estenderão para as comunidades vizinhas das áreas de consumo, especialmente quanto à redução da incidência de crimes praticados.

A aquisição dos equipamentos de captação, transmissão e de todos os acessórios implementados com o sistema de videomonitoramento em pleno funcionamento, fazem parte de uma solução que auxiliará a realização do policiamento de proximidade a ser implementado no programa, ferramentas estas que a Secretaria de Estado da Segurança Pública já vem fomentando há vários anos.

Neste conjunto, o emprego das câmeras de segurança é de fundamental importância, vez que irá monitorar as vias públicas, identificar, reconhecer criminosos, contraventores, usuários e traficantes de drogas, além de orientar os deslocamentos nas cenas de uso. Considerando a necessidade de participação do Município na indicação dos locais e a possibilidade de migração das cenas para outras áreas, a definição precisa das cenas a serem atendidas no programa com a implantação do sistema de captação e transmissão de imagens, foi (é) realizada em conjunto com o Ente Federativo, através da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, com interveniência da Brigada Militar.

#### **ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS DO OBJETO LICITATÓRIO**

##### **Descritivo Mínimo Obrigatório parte Elétrica**

Todo e qualquer serviço e material de infraestrutura para adequação dos pontos de videomonitoramento as normas exigidas pela CPFL (GED 13) e ativação do ponto de monitoramento serão de responsabilidade da empresa contratada até a ligação elétrica do ponto.

Os eletrodutos e curvas serão fornecidos em material PVC, anti-chama em diâmetros de ¾", 1", 1 ½", 2" ou 4", juntamente com acessórios (caixas de passagem,

espelhos, luvas, curvas, suportes, arruelas e buchas de alumínio, etc) necessários a fixação e instalação correta dos mesmos, conforme orientação de projeto aprovado.

Deverá ser utilizados condutores, disjuntores, caixa de medição, conforme padrão da concessionária. O ponto de videomonitoramento deve possuir aterramento com haste, cabos e conectores; possuir infraestrutura em PVC e acessórios para passagem dos cabos; possuir entrada de energia no padrão da concessionária local com caixa padrão poste de medição monofásica com lente para leitura; possuir caixa porta ferragens metálica com pintura eletrostática a pó, suporte para poste em aço inox, possuir abertura de 130°, placa de montagem removível, grau de proteção IP 54 IK10 e box para duto de 25mm para entrada de infraestrutura e cabos; possuir equipamento de manobra na caixa porta ferragens; possuir bloqueio antissurto no sistema de alimentação; possuir filtro de linha com quatro saídas instalada na caixa porta ferragens;

O item referente a adequação do ponto às normas da CPFL serão pagos após a aprovação do serviço pela concessionária. Caberá a empresa todo o trâmite no sistema da CPFL até a ligação final do ponto de videomonitoramento, inclusive projeto e ART's, se necessário.

#### **Descritivo Mínimo Obrigatório Cabo óptico externo AS80**

Cabo de até 24 fibras ópticas monomodo de baixo pico d'água (LWP) apto para instalação externa aérea autossustentada, construção totalmente dielétrica, reunidas e protegidas por uma unidade básica tipo tubo loose reunido a dois elementos de fibra de vidro pultrudada (FRP) para suporte mecânico (resistência à tração) e cobertos por uma capa externa em polietileno na cor preta.

Norma de referência: ABNT NBR 14160 – Cabo óptico aéreo dielétrico autossustentado.

#### **O cabo deverá:**

- Ser totalmente dielétrico, ser resistente a intempéries e ação solar (proteção UV);
- Possuir resistência à tração durante a instalação de 50 kgf;
- Possuir diâmetro externo máximo de 6,5 mm;
- Suportar temperatura de operação de -10 a 65 graus, comprovado através de teste ciclo térmico;
- Permitir instalações aéreas autossustentadas entre postes com vãos livres de até 80 m sem cordoalha de aço, com flecha de 1%;
- Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, marca do produto, data de fabricação, gravação sequencial métrica (em sistema de medida internacional SI);
- **Apresentar Certificação Anatel.**

#### **Descritivo Mínimo Obrigatório Elementos Construtivos**

##### **Olhal Reto com Rosca ORR**

Elemento para Fixação de Ancoragem de Cabos em Postes, tipo Olhal Reto com Rosca ORR.

Confeccionado em aço 1040 galvanizado a fogo, com rosca M12 na parte reta, para fixação de elementos de ancoragem em postes.

Deve ter dimensão única, para uso conjunto com braçadeira tipo BAP e demais produtos para fixação de cabos ópticos.

##### **Suporte para BAP**

Suporte Reforçado para Braçadeira BAP, com furo de 14 mm;

Confeccionado em aço 1020 galvanizado a fogo, com dobras e furo central de quadrado de 14 mm e laterais de 3 mm x 22 mm, destinado à fixação de dielétricos e conjuntos de ancoragem em postes;

Deve ter dimensão única, para uso conjunto com braçadeira BAP e demais produtos para fixação de cabos ópticos;

### **Parafuso Cabeça Chata**

Parafuso Cabeça Abaulada M12X20 ou M12x35 mm, para Fixação de Elementos em Braçadeira BAP.

Confeccionado em aço CA-40 galvanizado a fogo, com rosca M12 total, cabeça abaulada com ressalto quadrado interno, extensão de 20 ou 35 mm, conforme a necessidade.

### **Suporte Dielétrico para Cabo Óptico**

Suporte Dielétrico para fixação de Cabo Óptico Auto-Sustentado, nas dimensões OP-11/17 mm.

Suporte confeccionado em poliuretano de Alto Impacto, com resistência de até 80 Kg para vão de 80 metros, com dimensões OP-11/17 mm, para Cabos Ópticos entre 11 e 17 mm de diâmetro externo.

### **Conjunto de Ancoragem para Cabo Óptico**

Elemento para Fixação e Ancoragem de Cabos em Postes Tipo Manilha-Sapatilha;

Confeccionado em alumínio injetado de alta resistência, com conjunto de ajuste e fixação em baquelita de alto impacto, com alças em cabo de aço de 4 mm, com ponteiros nas extremidades presas por pressão, destinado a fixação de elementos de ancoragem em postes, em pares;

Deve possuir dimensão única, para uso conjunto com braçadeira BAP e demais produtos para fixação de cabos ópticos;

### **Conjunto Isolador Tipo Castanha**

Conjunto Isolador Tipo Castanha para BAP

Utilizado para fixar (ancoragem) do cabo mensageiro isolando do poste.

As partes metálicas deverão ser confeccionadas em aço zincado a quente e o isolador em porcelana esmaltada.

### **Etiqueta de Identificação para Cabo Óptico**

Confeccionada em estrutura em plástico de engenharia, com local para Identificação do Proprietário de Enlace Óptico (Logo) e identificação do Circuito Óptico.

Dimensões mínimas: 90 mm x 40 mm x 3 mm, se outra não for exigida pelos órgãos competentes.

Fundo na cor amarelo e letras na cor preto.

### **Buffer para Cabo Óptico em Cruz**

Buffer em Cruz para Reserva de Cabo Óptico em Poste.

Confeccionado em aço CA-40 galvanizado a fogo, montado em forma de cruz, através de sistema de solda, destinado a reserva de cabo óptico em postes.

### **Extensão Óptica Duplex**

Extensão óptica duplex (mono modo), com conectores tipo SC em uma das extremidades e outra extremidade com fibra óptica nua, com 1.5 metros de comprimento.

Cabo Óptico (Mono Modo) duplex protegido por tubos de PVC de alta resistência flexível, com elementos de tração em Kevlar.

Conectores construídos em plástico de engenharia, com zircônia polida no canal interno de luz.

### **Adaptador Óptico**

Adaptador Óptico tipo SC

Construído em plástico de engenharia, com zircônia polida no canal interno de luz, com suporte de inter-travamento em aço inox 304 mola.

Destinado a efetuar conexão entre dois pontos ópticos com conectores SC.

### **Descritivo Mínimo Obrigatório Chassi Conversor de Mídia**

Padrão para rack 19”;

Conexões plug & play e Hot-Swap;

Possuir 14 Slots para conversores de mídia;

Compatível com conversores de mídia;

Possuir LED indicadores de alimentação;

Possuir coolers para refrigeração;

Possuir Entrada de alimentação 100V ~240V automático com redundância;

Temperatura de operação de 0° a 40° C;

Conformidade nos padrões RoHs;

#### **Descritivo Mínimo Obrigatório Conversor de Mídia**

Conversor de mídia 10/100 que atende o padrão IEEE802.3u 10/100Base-TX e 100Base-FX;

Possui um conector SC Simplex e um conector RJ-45;

Possui Configuração via DIP-Switch para modo half/full duplex na porta RJ-45;

Auto negociação de velocidade 10/100 Mbps e auto cross over na porta RJ-45;

LEDs indicadores para monitoramento de energia, link e atividade. Localizados na parte frontal;

Distância máxima de 20km, utilizando fibra óptica monomodo;

Tecnologia WDM;

Fonte de alimentação externa 5 VDC - 100~240VAC, 50/60 Hz;

Opção de fonte de alimentação -48VDC(compra a parte);

Suporta alarme de falha de link e transmissão de pacotes longos de VLAN;

Suporta qualidade de serviço (QoS), para garantir a transmissão de pacotes VoIP;

Devem ser fornecidos o PAR (A – B)

#### **Descritivo Mínimo Obrigatório Passagem dos Cabos**

Implantação e passagem de cabo óptico em vão de postes existentes, fachadas e calhas com fornecimento de ferragens para fixação adequada do cabo óptico, conforme normas vigentes NORMA TELEBRÁS n° 235-420-335;

Terminação e conectorização SC com atenuação máxima de 1dB e tração mínima de 200N;

Serviço de fusão de 2 segmentos de fibra entre si, através de descarga elétrica produzida por conjunto de equipamentos específicos. As etapas envolvidas são: limpeza, decapagem, clivagem, inserção do protetor de emenda, colocação das fibras no dispositivo V groove da máquina de fusão, aproximação das fibras até cerca 1µm. Fusão através de arco voltaico, colocação de protetor e aquecimento. Atenuação máxima da fusão ? que 0,03dB.

Teste de performance para fibra óptica: Apresentar relatórios impressos inclusive com gráfico para todas as fibras, dos teste de emenda, potencia óptica e atenuação do enlace. Os testes deverão ser efetuados nos dois sentidos (A-B,B-A) e nas duas janelas ópticas, 1310nm e 1550nm.

Caseiros-RS, 14 de agosto de 2018.

Prezados Senhores,

Apraz-me cumprimentá-lo e na oportunidade solicitar a especial e costumeira atenção de Vossa Senhoria no sentido de providenciar na publicação do resumo do Edital a seguir:

**TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018**

O Prefeito Municipal de Caseiros/RS, torna público, para o conhecimento dos interessados, que no **dia 05 de setembro de 2018, às 09h30min**, na sala destinada a julgamento de licitações junto à Prefeitura Municipal, reunir-se-á a Comissão de Licitações com a finalidade de receber propostas para a contratação de empresa para ativação das câmeras de videomonitoramento do Município de Caseiros/RS, de acordo com os termos do Edital de Tomada de Preços nº 010/2018. Maiores informações e cópia do Edital em horário normal de expediente, pelo telefone (54) 3353-1156, ou pelo site <http://www.caseiros.rs.gov.br/>. Em 20/08/2018 – Leo Cesar Tessaro - Prefeito Municipal.

As despesas inerentes deverão ser faturadas para o município de Caseiros, que após faremos o respectivo pagamento.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo protestos de estima, apreço e consideração.

Atenciosamente,

**Leo Cesar Tessaro,**  
Prefeito Municipal.

Ao:  
Jornal